

Feminismo e Ciência: possíveis avanços a partir de políticas feministas e de gênero na ciência

Camilla Martins Santana¹

Resumo: A partir dos anos de 1970, o feminismo de segunda onda influenciou os estudos sobre mulheres e ciência e abriu uma nova agenda que interligava ativismo e produção de conhecimento em ciência. Com o aumento mundial da participação feminina nas instituições acadêmico-científicas nos anos de 1980, pode-se perceber no âmbito prático um impacto incipiente nos modelos de interpretação de diferentes campos, em especial nas disciplinas que versam sobre sexualidade feminina. O presente artigo analisa como estas propostas foram materializadas nas críticas epistemológicas sobre ciência e na luta contra a medicalização da sexualidade feminina promovida pelo *Campaign for a New View of Women's Sexual Problems*.

Palavras-chave: Feminismo, ciência, gênero, participação

Feminism and Science: possible advances from feminist and gender policies in science

Abstract: From the 1970s onwards, the second wave of feminism influenced the studies of women in science and opened a new agenda that interconnected activism and knowledge production

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em sociologia da Universidade de Brasília – UnB. E-mail: camillamartins0905@gmail.com

in science. With the worldwide increase of female participation in academic and scientific institutions in the 1980s, only an incipient impact on interpretation models of different fields can be seen, especially in disciplines that deal with female sexuality. This paper examines how these proposals were materialized in the epistemological criticism of science and the fight against the medicalization of female sexuality promoted by the Campaign for a New View of Women's Sexual Problems.

Keywords: Feminism, science, gender, participation

Feminismo y Ciencias: posibles avances de las políticas femeninas y de género en ciencias

Resumen: A partir de los años 70, el feminismo de segunda onda influenció los estudios sobre mujeres y ciencia y abrieron una nueva agenda que interconectaba activismo y producción de conocimientos en la ciencia. Con el aumento mundial de la participación femenina en las instituciones académico-científicas en los años 80, se puede percibir en el ámbito práctico un impacto incipiente en los modelos de interpretación de diferentes campos, en especial en las materias que tratan sobre sexualidad femenina. El presente artículo analiza como estas propuestas fueron materializadas en las críticas epistemológicas sobre ciencia y en la lucha contra la medicalización de la sexualidad femenina, promovida por el Campaign for New View of Women's Sexual Problems.

Palabras clave: Feminismo, ciencia, género, participación

Introdução

O presente artigo trata de como a relação entre os Estudos de Gênero e os Estudos de Ciência, Tecnologia (e Sociedade) (C&T/CTS) caminham rumo a uma desconstrução teórico-crítica da acepção da neutralidade, historicamente consolidada no campo científico, e da possibilidade de engajamento entre *práxis* política e ciência. A reflexão proposta inclui problemas sobre o processo de construção da ciência ocidental no que toca a sexualidade e o corpo feminino, o problema da inserção e o acesso das mulheres na produção acadêmico-científica, e a crítica aos modelos basilares da construção de diagnósticos sobre sexualidades sob a luz de seus marcadores de gênero. É, pois, nessa direção que se propõe a discussão de como o(s) movimento(s) feminista(s)¹ desde as décadas de 1970 e 1980

² No presente texto o termo “feminismo” deve sempre ser compreendido no plural, ou seja, um movimento com diferentes fases que se complementam conhecidas como ondas ou gerações. As mais referenciadas são as primeiras, segundas e terceiras ondas do feminismo. Para uma leitura crítica mais aprofundada ver: “O sujeito no feminismo: revisitando os debates” (COSTA, 2002).

se preocuparam em tecer consistentes críticas à ciência que, com o passar das décadas, se converteram em uma *praxis* de luta e científica, que levam a sério questionamentos sobre desigualdades de gênero nesse campo.

A partir de uma breve netnografia² na plataforma oficial da *Campaign for a New View of Women's Sexual Problem*, foram desenvolvidos aspectos sobre a mobilização ativa feminista na ciência, representada pela luta frente à indústria farmacêutica e a regulamentação do *Pink Viagra*. Realizou-se a coleta de dados sobre a lista de profissionais que compõem a organização e as justificativas que inserem tal movimento dentro da agenda feminista. Para se chegar ao estudo de caso, escolheu-se trilhar a possibilidade de estabelecer um diálogo

³ A netnografia é uma ferramenta metodológica para coletar, interpretar e investigar comunidades online. O termo netnografia tem sido empregado com mais frequência nas áreas do marketing e da administração, ao passo que “etnografia virtual” é mais comum nas ciências sociais (AMARAL, et al, 2008). As análises netnográficas “podem variar ao longo de um espectro que vai desde ser intensamente participativa até ser completamente não-obstrutiva e observacional” (KOZINETTS, apud AMARAL et. al, 2008, p. 37).

entre ciência e ação política, e a necessidade de desconstrução do sexismo e androcentrismo arraigado à estrutura do modelo científico hegemônico ocidental. No contexto brasileiro, as desigualdades de gênero e sexo do campo foram evidenciadas pelo cenário de baixa participação feminina em posições de liderança e prestígio na ciência. Analisou-se também como o modelo ocidental de ciência historicamente desenvolveu saberes sobre a sexualidade feminina na (bio)medicina, que partiram de paradigmas interpretativos oriundos de olhares (desiguais) masculinos sobre o corpo e o sexo feminino. Por fim, foram descritos como os discursos otimistas de homens no contexto de ascensão do viagra no final dos anos 1990, e as tentativas da indústria medico-farmacêutica em desenvolver um modelo de saúde e patologização do desejo sexual feminino, culminaram, enquanto objeto de resistência, no ativismo da *Campaign for a New View of Women's Sexual Problem*.

O(s) feminismo(s), desde há muito, vêm ampliando e

aprofundando estratégias críticas na luta pela desconstrução de desigualdades de gênero na ciência. Nesse contexto, a crítica feminista contrária à naturalização da predominância masculina na ciência argumenta como o viés androcêntrico historicamente atravessou o paradigma de investigação no desenvolvimento do objeto, do método e do sujeito supostamente neutros e universais modernos. Assim, o questionamento feminista ativo dos próprios pressupostos básicos científicos apontam como a estruturação de desigualdades de gênero também permeiam o campo da ciência. Com base nessa premissa, as próximas páginas abrirão caminhos ao estudo de caso sobre o confronto entre as pesquisas biomédicas desenvolvidas para tratamento do transtorno hipoativo feminino (TDSH) e o ativismo da *“Campaign for a New View of Women's Sexual Problems”*.

1. Política e Ciência: um diálogo possível

A produção e disseminação dos saberes que compõem o campo científico ocidental foram historicamente constituídas

por disciplinas que estabeleceram o crivo de validade e credibilidade demarcados em fronteiras precisas e delimitadas. O processo de construção da racionalidade moderna, porquanto, produziu uma lógica de exclusão acompanhada de desigualdades – como gênero, raça, etnia – que deslegitimou, e ainda deslegitima, saberes advindos de sujeitos situados nas “margens” da ciência. Como já observava Steven Hilgartner (1990, p. 519), na visão dominante, as questões da ciência tendem a estabelecer territórios de autoridade e de manutenção da hegemonia dos cientistas frente àqueles que não pertencem ao universo da pesquisa. Não por acaso, a crítica à ciência tem ocupado lugar de destaque nas agendas feministas, sobretudo – no que aqui nos interessa - a) na empreitada de confrontar estratégias e modelos enrijecidos, os quais fomentam preconceitos e blindam o campo científico a possíveis mudanças estruturais (MELO, RODRIGUES 2006; SARDENBERG 2007; SCHIENBINGER, 2008) b) e

na denúncia que o conhecimento científico historicamente se constituiu como domínio ‘reservado’ aos homens (HARDING, 1996; BANDEIRA, 2008).

Por mais que atestar o diálogo entre feminismo e ciência tenha endossado o desenvolvimento de sofisticados argumentos em favor do tema (KELLER 1996, 2006; HARDING, 1996; SARDENBERG, 2007; LOURO, 2000; SCHIENBINGER, 2008; LÖWY, 2008), ainda se requer certa cautela. A começar pelo fato de que à ciência moderna é conferido o status de espaço genuíno da objetividade necessária na busca de “verdades científicas” baseadas na harmoniosa relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico (BANDEIRA, 2008; HARDING, 1996; KELLER 1996;). Neste sentido, uma abordagem desavisada apontaria a suposta contradição de se falar em uma ciência que parte de um intuito feminista, ou seja, daquela que leve a sério a práxis política engajada em um projeto de transformação

social. Consequentemente, pensar em uma ciência politizada de cunho feminista requer um esforço em desconstruir os pressupostos quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico.

O modelo de racionalidade instaurado pela ciência moderna elenca parâmetros científicos que se valem da neutralidade e do mito de que a ciência é livre de valores sociais (HARDING, 1996; KELLER, 2008; SARDENBERG, 2007). Os rígidos limites estipulados na dicotomia sujeito/objeto, ou na distância “de quem estuda” e “o que se estuda” se consolidaram em noções de verdade, conhecimento e poder, capazes de oferecer um fundamento objetivo, seguro e universal para a apreensão do “real” (HARDING, 1996; SANTOS, 1998; SARDENBERG, 2007). A harmoniosa relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico esteve ligada a um sistema androcêntrico e sexista nas ciências que apontaram a noção de um sujeito universal, que tem trazido

consequências desvantajosas para as mulheres no processo de busca de autoridade no campo científico.

Ademais, críticas do “feminismo na C&T”, consonantes com filosofias ditas pós-modernas, perspectivas pós-coloniais⁴, entre outras abordagens, têm questionado as qualidades transcendentais e universais desse sujeito, sobretudo no argumento de que a ciência não está fora da história, tampouco é livre de valores. A crítica feminista, portanto, aponta como a construção do “homem”, enquantoo sujeito epistêmico transcendental e universal tem sido constituído como o masculino, branco e ocidental (SARDENBERG, 2007). Cecília Sardenberg retoma Jane Flax (1992) para explicar que tais teorias:

Nas suas versões mais extremadas, têm postulado várias mortes, dentre elas: “A morte do homem”, no sentido de desconstruir as noções essencialistas da natureza humana, propondo, ao

⁴Autoras feministas como Linda Alcoff (2016), Raewyn Connel (2012), Teresa de Lauretis (1987), Dorothy Smith (1987), entre outras, desenvolvem trabalhos que abordam a ciência a partir de perspectivas pós-coloniais ou pós-estruturalistas.

invés, que o “homem” não é um ser transcendental e sim um artefato social, histórico e linguístico (estando nisso implícita a desconstrução da razão como algo fora da história); “A morte da história”, desconstruindo, assim, a noção de que a História tenha qualquer ordem ou lógica intrínseca: trata-se apenas de uma “meta-narrativa” construída pelo homem para se definir e justificar seu lugar no tempo; e, “A morte da metafísica”, com o intuito de desconstruir o “real” como algo externo ou independente do sujeito do conhecimento: assim como “o homem”, também o “real” é socialmente e historicamente construído. (FLAX apud SARDENBERG, 2007, p. 7)

No mesmo sentido, as críticas feministas à ciência argumentam que as desigualdades no campo científico foram estruturadas a partir do privilégio da experiência social de homens reificada enquanto universal. A predominância masculina nos meios científico-acadêmicos tem contribuído para a reprodução do viés androcêntrico na escolha de problemas de investigação, nas construções de seus conceitos, nas interpretações dos resultados, nas definições de metodologias de pesquisa (SARDENBERG, 2007, ALCOFF, 2015) e, por fim, no fato de que mulheres têm se localizado em grande parte no local de objeto do conhecimento, em detrimento do lugar

masculino enquanto sujeito universal⁵.

Neste sentido, a cultura científica impõe às mulheres entraves que se encontram diluídos nas práticas e códigos instituídos a partir do referencial masculino (LIMA et. al,

⁵Alguns dados do cenário nacional e internacional enunciados pela “*Gender in the Global Research Landscape*” (2017) elucidam o movimento do crescente aumento de participação de mulheres no campo científico nas últimas décadas. O estudo realizado pela Elsevier comparou 12 países, incluindo o Brasil, e avaliou a representatividade feminina na ciência nos últimos 20 anos. Segundo esses dados, a participação feminina em diversas áreas científica teve um considerável aumento entre os intervalos de 1996-2000 e de 2001-2015. De 1996 até 2000, 38% (18.171) das publicações acadêmicas no Brasil foram realizadas por pesquisadoras mulheres, enquanto o cenário de 2001-2015 apresentou um significativo aumento para 49% (153.967). No que toca a publicações de homens cientistas, o primeiro intervalo marca 62% (29.620) versus 51% (158.873) das publicações entre 2011-2015. Contudo, Segundo Alessandra Monerat, na edição de setembro/2017 da revista *Gênero e Número*, em 2015 apenas 25% de mulheres ocupavam posições mais altas no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). De um total de 112 pesquisadores, somente 27 pesquisadoras haviam chegado à modalidade “Pesquisador Sênior”, em uma proporção de 1 mulher para cada 4 homens pesquisadores. Sem dúvida para se chegar à uma análise mais abrangente, é preciso levar em conta também questões cotidianas que perpassam carreiras e trajetórias femininas. A conciliação entre carreira, maternidade e trabalho doméstico exemplificam esferas que afetam intensamente (LIMA et al, 2015; SCHIENBINGER, 2008) a construção de carreiras de pesquisadoras que escolhem traçar o caminho da ciência.

2015). Assim, há a necessidade da produção de conhecimento que integre a análise de gênero e mobilize lutas políticas que levam a sério o pressuposto de que não há conhecimento absolutamente neutro e objetivo. À vista disso, pode-se introduzir nas mais diversas áreas a compreensão de que todo conhecimento se constrói a partir de posicionamentos e desigualdades, sejam elas culturais, históricas, sociais ou de gênero, que refletem a perspectiva de um ou diferentes ângulos.

2. A crítica feminista à ciência

O feminismo singular dos anos de 1970 e 1980, também conhecido como feminismo de segunda onda⁶, deu visibilidade a temas cotidianos e privados que supostamente não mereciam a atenção de teorias e que pouco se relacionariam com o campo científico. Na avaliação de Simone Schmidt (2015), cada

⁶ Ao definir o movimento feminista a partir da expressão “onda”, é preciso estar claro que uma onda não significa a superação de outra, e sim um movimento fluido, em que se desenvolvem novas respostas e se retoma questões anteriormente levantadas. Saffioti em “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero” (2001) trata de “dimensões feministas”, possivelmente para escapar a possíveis confusões interpretativas.

vez mais a casa, o corpo, a intimidade, etc., tornaram-se assuntos passíveis de investigação, abrindo caminhos para a desconstrução da máxima científica da neutralidade, que, desde há muito, definira aquilo que possuiria relevância ou não nos estudos científicos. A aproximação entre sujeito e objeto resultaram na possibilidade de interpretar a ciência como um processo social (LONGINO, 2001; HARDING, 1996) transversal de marcos sociais que não atuariam como um polo negativo, que implicariam na “contaminação” do campo por certa irracionalidade.

Dessarte, a segunda onda feminista foi um movimento político cujo objetivo vislumbrava mudanças estruturais e que tomou formas de um projeto intelectual/acadêmico, o qual desencadeou uma consistente teoria feminista (BANDEIRA, 2008). Sob o slogan “o pessoal é político”, feministas dessa geração tencionaram estudos que levassem em conta a variável gênero e desigualdades em diversos contextos, e tiveram certo impacto no campo da ciência, tecnologia e sociedade

(BANDEIRA, 2008; KELLER, 1996; SCHMIDT, 2015). O comprometimento com o desenvolvimento de formas inteligíveis de pensamento e pesquisa que levariam em conta política, conhecimento e ciência, resultaram em uma recusa (engajada) ao androcentrismo e no reconhecimento da autoridade às experiências e saberes femininos historicamente negligenciados.

Para Fox Keller (2006, p. 15):

Isso significava reexaminar nossas suposições básicas em todos os campos tradicionais do trabalho acadêmico – história, literatura, ciência política, antropologia, sociologia, etc. De muitas maneiras, o movimento das mulheres das décadas de 1970 e 80 obviamente mudou o mundo. Talvez não da maneira radical que algumas de nós imaginávamos, mas certamente mudou a percepção das mulheres (e do gênero) em boa parte do mundo ocidental. De fato, mudou mais que a percepção, mudou a condição de muitas mulheres nesta parte do mundo.

Com isso, os feminismos contemporâneos ainda se comprometem com o esforço de mudança na posição das mulheres na ciência, sobretudo na elaboração de estratégias eficazes, na organização de mulheres cientistas

nas associações profissionais⁷, publicações, patentes, pesquisa, etc., que contem com uma ostensiva reflexão sobre a posicionalidade feminina na ciência (KELLER, 1996; SCHIENBINGER, 2008). Londa Shienbinger (2008, p. 275) avalia a necessidade de se desenvolver cada vez mais ferramentas que incluam a reunião de exemplos empíricos do impacto de análises de gênero, de novas maneiras de abordar essas questões pelas ciências; além de demandar treinamento nos níveis da graduação e da pós-graduação, conectadas ao planejamento de um projeto de pesquisa engajado. Na prática, portanto, é preciso levar a sério os investimentos no processo criativo em

⁷ Londa Schienbinger, no capítulo “Medicina”, da obra “O Feminismo Mudou a Ciência?” (2001), analisa os impactos favoráveis sobre a Medicina e o processo de inclusão de mulheres nas ciências. Também observa-se a construção de um ambiente político norte-americano junto ao Congresso e às agências públicas de financiamento entre as quais vale citar: AMNEt (Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas), e, no caso do Brasil, da ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos), do Programa Mulher e Ciência, criado em 2005 em parceria entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre outras organizações que divulgam o trabalho de cientistas e pesquisadoras que contribuem para o desenvolvimento científico nacional e internacional.

propor e perseguir novas abordagens teóricas para escapar da abordagem hegemônica do sistema de dominação ainda presente no campo científico (BANDEIRA, 2008, SCHMIDT, 2015).

Consoante com a proposta de Shienbinger, aponta-se nesse processo como a “*Campaign for a New View of Women’s Sexual Problems*” reúne cientistas, sobretudo mulheres, que propõem uma ação política direta voltada para o confronto ao sexismo e a desconstrução das desigualdades de gênero na ciência.

3.O corpo excluído

Para se chegar ao estudo de caso proposto, é preciso avaliar, mesmo que brevemente, como os discursos científicos historicamente se desenvolveram a partir de algumas construções históricas fundamentais e constituíram saberes sobre mulheres. Em especial, destaca-se como a relação entre medicina, corpo e sexualidade feminina datada desde o século XVI e a construção do processo de medicalização do corpo da

mulher elucidam a participação direta da ciência com interesses sociais e políticos de grupos gendricados, incorporando desigualdades de gênero nas disciplinas científicas.

A ciência construiu um sofisticado olhar forjado sobre os corpos das mulheres que, sob o jugo da imparcialidade, subsumiu padrões que persistem até os dias atuais. A exemplo dessa constatação tem-se o fato de que apesar dos indícios de estudos de dissecação de corpos femininos já serem identificados desde a Europa do século XIV, apenas o século XVIII oficializou a existência de um “modelo de dois sexos”: feminino e masculino (SCHIENBINGER, 2008). Até aquele momento, o corpo da mulher era tido como uma versão masculina incompleta, ou seja, um “desvio” da perfeição masculina, que serviu como fundamento fundamental e ocidental da diferença sexual (LAQUEUR, 1994; SCHIENBINGER, 2008; ROHDEN et al, 2009). A título elucidativo, as explicações de Galeno sobre a teoria do “vaso espermático” (século XIV)

tratam da construção do modelo do “pênis invertido”: para o pesquisador, a vagina seria nada mais que um pênis invertido e interno do corpo feminino - os lábios equivaleriam ao prepúcio, o útero ao saco escrotal e os ovários, aos testículos (LAQUEUR, 1994). Assim, a emergência da medicina como área de saber técnico-científica teve como referência inicial a crença na existência de um só sexo – masculino -, relegando à mulher o lugar de um representante inferior.

Ademais, embora a medicina moderna, a partir do século XVIII, aderisse ao modelo da diferença, ou seja, de que a anatomia sexual feminina não seria uma versão invertida do pênis, a diferença sexual se ampliou para questões que ultrapassariam a genitália. Assim:

A revolução na ciência sexual trouxe com ela uma nova apreciação do caráter sexual único da mulher. Entretanto, poucos médicos interessavam-se pelas implicações da diferença (...). Na maioria das vezes, o estudo acadêmico de diferenças sexuais era projetado para manter mulheres em seu lugar. [...] O desejo das mulheres de desenvolver seu intelecto, era a forma mais alta de egoísmo, ameaçando solapar a

saúde da raça e causar a atrofia dos ovários das mulheres (SCHIENBINGER, 2008, p. 214)

Por certo, os modelos médicos das diferenças sexuais operaram de vários modos e, por vezes, se basearam em evidências médicas para defender desigualdades. O caso do processo de medicalização do corpo feminino no século XX ainda endossa intensas discussões nos dias atuais. Estudos de um vasto grupo de autoras, dentre elas Fabíola Rohden (2009; 2016) e Ilana Löwy (2001), trazem a forma com que as relações de gênero e os moldes de feminilidades e masculinidades em áreas biomédicas e farmacológicas ligadas à medicalização produzem desigualdades e preconceitos de gênero. A inserção do novo conceito de gênero na ciência, assim, acarretou significativas mudanças em diversas disciplinas, como, por exemplo, a fisiologia do corpo das mulheres na biologia, a diferenciação dos hormônios masculinos e femininos na endocrinologia e as diferenças básicas entre a fisiologia

feminina e masculina dos órgãos reprodutivos para a medicina (LÖWY, 1999; KELLER, 1996; 2006).

O que se argumenta, portanto, é o fato de que é preciso encarar a construção do conhecimento científico pelo viés de gênero no que diz respeito a hierarquias e preconceitos cultural e socialmente conferidos aos sexos. Assim, as referências levantadas importam para introduzirem as “intromissões” dos estudos sobre gênero e o processo de mobilização nas pesquisas sobre as supostas funções e disfunções da sexualidade feminina.

4. O Diamante Azul e o Pink Viagra: Um estudo de caso

A discussão teórica sobre participação, engajamento e neutralidade científica toma contornos práticos ao ser imersa na reflexão sobre o desenvolvimento de pesquisas por cientistas mulheres engajadas na “*práxis*” feminista. Neste sentido, mesmo que em tímidos passos, mobilizações que entrelaçam questões de gênero e ciência avançam no intuito de promover tanto uma crítica teórica ao modelo hegemônico

biomédico, quanto uma vigilância global e constante das redes de profissionais e indústrias que promovem as novas drogas voltadas para o tratamento da disfunção sexual feminina.

A “droga da disfunção sexual” chamou a atenção de pesquisadoras(es) que têm questionado o próprio conceito dessa patologia e apontado como a medicalização pode gerar uma abordagem minimizadora⁸ de fatores relacionais e culturais que também podem afetar o comportamento sexual dos indivíduos. O caso específico do Viagra Rosa, expressa como a sexualidade feminina ainda é interpretada a partir do modelo de saúde sexual concebido como masculino de forma que, “para alcançar a sexualidade satisfatória, as mulheres precisariam recorrer ao que física e simbolicamente representaria um processo de masculinização” (ROHDEN 2009, p. 105). Essa premissa reforça o mito de que, somente se aproximando da economia corporal masculina, as mulheres chegariam mais perto da tão propagada satisfação sexual.

⁸ British Medical Journal, v. 326, n. 4, 2003. p. 45-47.

Neste sentido, um dos marcos dos estudos de gênero no campo das ciências biomédicas é identificado a partir do ano de 199, com a disponibilização no mercado do *Sildenafil*, popularmente conhecido como Viagra. A criação do Viagra pelo laboratório *Pfizer*⁹ acionou novos tipos de tratamentos para a Disfunção Erétil (DE) masculina, visando a recuperação da capacidade de se ter uma ereção completa, ou que seja firme o suficiente para a atividade sexual^{10 11}.

Com cerca de dezoito anos no mercado, o “Diamante Azul” leva o mérito de ter estendido a vida sexual masculina e coloca em pauta novas discussões sobre sexualidade. Para explicar esse fenômeno, Rohden (2009) reforça que o uso do Viagra se relaciona com a expansão do modelo da experiência sexual centralizada na norma anatômico-fisiológica da

9 <http://www.drsandro.org/saude/historia-viagra/> (Acesso em: 22/03/2017)

10 O conceito utilizado de DE foi baseado nos dados presentes em: <http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2007/v12n4/a0017.pdf> e segundo a definição proposta pelo *National Institutes of Health Consensus Development Panel*, no ano de 1993 (Acesso em: 30/03/2017)

10 11 <http://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/407163> (Acesso em: 30/03/2017)

excitação como elemento principal no alcance do sucesso e da autoconfiança na construção da identidade masculina. Nos dizeres de Emanuelle Araújo (2011, p. 10), nos discursos sobre a relação entre masculinidade e potência “[...] aparece que: ter ereção/potência é ter masculinidade, e ter masculinidade é ter tudo; sendo que a potência/impotência sexual é comumente ampliada para outras esferas da vida do homem.”¹²

A correlação entre o sucesso da masculinidade e a manutenção da ereção, portanto, pode ser traduzida em uma maximização da vida e otimização do corpo através da concentração do prazer (DUARTE, 1999 p. 28). Não por acaso, a resolução quase “milagrosa” da impotência, ligada ao sucesso social e mercadológico do Viagra¹³, influenciaram

12 Atualmente existem 26 medicamentos para tratar da DE masculina. Dados em: <https://www.yahoo.com/beauty/pink-viagra-approved-by-fda-5-things-you-need-127007822593.html> (Acesso em: 31/03/2017)

13 Segundo o Jornal O Tempo (2016), desde 1998, o Brasil comercializou cerca de 128 milhões de comprimidos de Viagra. Apenas em 1998, foram 3,8 milhões de comprimidos. Link: <http://www.otempo.com.br/interessa/brasileiros-tomam-128-milh%C3%B5es-de-p%C3%ADlulas-de-viagra-em-18-anos-1.1316817> (Acesso em: 30/03/2017)

o desenvolvimento de recentes pesquisas que passaram a repensar as “disfunções sexuais femininas”.

Em 2003, o *British Medical Journal* lançou uma discussão sobre as controvérsias que rondam a comercialização da “disfunção sexual feminina” pela indústria farmacêutica baseada no artigo “*The Making of a Disease: Female Sexual Dysfunction*”¹⁴. Segundo a polêmica, há uma forte agência de interesses da indústria em criar um mercado que promova o tratamento para a disfunção sexual feminina com a comercialização de medicamentos capazes de tratar o transtorno hipoativo em mulheres (TDSH). Tal interesse comercial foi confirmado pelos investimentos da *Pfizer* em testes em mulheres com o chamado “Pink Viagra”, ou Viagra Rosa. O laboratório não obteve resultados satisfatórios aos olhos da *Food and Drug Administration* (FDA) norte-americana, sobretudo graças ao questionável uso da testosterona, considerada o principal hormônio responsável pelo desejo

14 Fonte: <http://www.bmj.com/content/326/7379/45>

sexual (masculino) (ROHDEN, 2009). Assim como nos homens, a droga aumentou o fluxo de sangue para a região genital, mas ao contrário da eficácia na fisiologia masculina, isso não afetou o aumento do desejo sexual em mulheres¹⁵

Rohden explica que:

Afirma-se na literatura médica que o Transtorno do Desejo Sexual Hipoativo é um produto da Síndrome da Insuficiência Androgênica que tem justificado uma longa e polêmica história de terapias de reposição hormonal para as mulheres. Segundo Hartley, é interessante que, a despeito dos conhecidos riscos dessas terapias, da fragilidade dos dados sobre a eficácia dos tratamentos e, principalmente, da demonstração de que não haveria ligação entre baixo desejo sexual e baixos níveis de testosterona, continuam crescendo os investimentos farmacêuticos e o número de clínicos que prescrevem essa substância para mulheres. (Rohden 2009, p.104)

Dentre as inúmeras críticas, um grupo de pesquisa sobre o sexo feminino liderado por Rosemary Basson (2004) apontou como a definição da “frigidez” seria um “diagnóstico problemático porque não conseguiu abranger totalmente

15 <https://www.yahoo.com/beauty/pink-viagra-approved-by-fda-5-things-you-need-127007822593.html> (Acesso em: 03/04/2017)

entendimentos contemporâneos da complexidade das respostas sexuais das mulheres”¹⁶. Assim como Basson, a pesquisadora Leonore Tiefer se tornou referência na crítica à medicalização da função sexual, ou sexualidade feminina. Tiefer, desde os anos de 2000, lidera um grupo de ativistas autointitulado feminista, conhecido como “*Campaign for a New View of Women’s Sexual Problems*”, que tem sido bastante eficaz em chamar a atenção para alguns aspectos de medicalização e patologização da sexualidade feminina¹⁷.

Esta “campanha” envolve diferentes profissionais – como psiquiatras, psicólogas(os), doutoras(es) em sexualidade, sociólogas(os) etc, - em grande maioria situadas(os) em

16 Todas as traduções elaboradas foram realizadas em estilo livre, pela autora.

17 A *Campaign for a New View of Women’s Sexual Problems* tem parceria com as seguintes organizações: *American College of Women’s Health Physicians*, *Association for Women in Psychology*, *Canadian Women’s Health Network*, *Center for Medical Consumers*, *Healthy Skepticism, Inc*, *National Women’s Health Network*, *Our Bodies, Our Selves (Boston Women’s Healthbook Collective)*, *Planned Parenthood of NYC*, *Seattle Institute for Sex Therapy, Education and Research*, *Society for Menstrual Cycle Research*.

países do hemisfério norte, que promovem tanto uma crítica teórica ao modelo médico dos problemas sexuais quanto uma vigilância constante das redes de profissionais e indústrias que lançam novas drogas para disfunção sexual feminina (MOYNIHAN, 2003). Considerando a possibilidade de uma política da sexualidade na ciência, a campanha alerta contra os esforços em definir os modelos sexuais de “normalidade” e “anormalidade”, e defende um sistema de classificação alternativo que considere as causas sociais, relacionais, psicológicas e orgânicas das doenças (ROHDEN, 2009). Segundo o grupo:

A New View Campaign foi formada em 2000 como uma rede para desafiar as mensagens distorcidas e simplificadas sobre sexualidade, as quais a indústria farmacêutica se baseia para vender seus novos medicamentos. É dedicada à educação, ativismo e capacitação.¹⁸

Vale refletir sobre como a *Campaign for a New View of Women’s Sexual Problems* é formada em sua totalidade por profissionais que possuem certa expertise legitimada

18 Retirado de: <http://www.newviewcampaign.org/default.asp> (Acesso: 22/01/2016)

no campo científico (tabela 1), e como, nesse contexto, a relação entre feminismo e ciência adentra o sistema de regras e práticas que norteiam a construção de tais conhecimentos. No que se refere ao trabalho efetivo, o grupo desenvolve pesquisas e teorias no intuito de orientar pesquisadoras(es) que desejam investigar problemas sexuais das mulheres; educadoras(es) que ensinam sobre as mulheres e sexualidade; clínicas(os) médicas(os) e não-médicas(os) que pretendem ajudar as mulheres com suas vidas sexuais; e um público que precisa de um quadro para a compreensão das mudanças necessárias nessa área.

Tabela 1:

Terapia Sexual	7
Psicologia	42
Antropologia	3
Educação Sexual	7
Psicoterapia	1
Escritores	5
História	1
Educação em Enfermagem	1
Educação em Saúde	3
Educador	1
Educador sexual	1
Sociologia	6 (2 idem Estudos de Mulheres)
Psicólogo Clínico	1
Sexualidade Humana	1
Ciências Aplicadas da Saúde	1
Ativista da Saúde	2
Estudos de Mulheres	3 (2 idem Sociologia)
Orientador psicológico	1
Filosofia	2
Ciências sociais	1
Medicina	25

<http://www.newviewcampaign.org/>

Número de pessoas por categoria profissional. Tabela elaborada a partir dos dados fornecidos no sítio: <http://www.newviewcampaign.org/>

(Acesso: 01/06/2016).

É nessa tônica que a *Campaign for a New View of Women's Sexual Problems* oferece marcos da luta em incorporar a análise de gênero à pesquisa científica, sobretudo no confronto frente às revistas científicas e aos congressos internacionais de saúde no que toca abordagens androcêntricas da sexualidade feminina. Neste sentido, ativismos elaborados por experts podem desempenhar um papel positivo graças à sua capacidade de produzir contextos específicos de conhecimento, assegurando que padrões de confiabilidade sejam respeitados na produção de provas técnicas e científicas, geralmente exigidas em áreas científicas em saúde. Assim, as críticas proferidas pelo *Campaign for a New View of Women's Sexual Problems* focam na persistência da falsa noção de equivalência sexual entre homens e mulheres, e alertam que poucas pesquisas têm estimulado as mulheres, pesquisadoras

ou não, a descrever suas experiências a partir do próprio ponto de vista¹⁹ (HARDING, 2008).

Em relação ao tratamento de TDSH, em 2004 a *Pfizer* encerrou os testes com o Pink Viagra. Contudo, isso não significou o abandono dos demais laboratórios dos planos de desenvolver a pílula voltada para o desejo sexual feminino. Em 2011, a FDA colocou a disfunção sexual de mulheres na lista das necessidades médicas ainda não atendidas e sem tratamento seguro e efetivo disponível até o momento. No ano de 2015, chegou ao mercado o *Flibanserin*, ou *Addyi*²⁰ (nome comercial) para o tratamento do TDSH feminino²¹, aprovado

19 A tomada de um ponto de vista que parta da experiência feminina, mesmo que fora dos limites acadêmicos, pôde ser constatada no dossiê de artigos nos seguintes títulos: 1) "Distress about sex: A national survey of women in heterosexual relationships" (2003), *Women's understandings of sexual problems: findings from an in-depth interview study*, *Journal of Clinical Nursing*. *Women's narratives corroborate New View approach, stressing context over physical response* (2013) e 3) *Women's views of their sexual difficulties: Agreement and disagreement with clinical diagnoses* (2007).

20 O Addyi é um agente não-hormonal que atua nos neurotransmissores do cérebro para tratar da perda do interesse sexual. Mais informações em: <https://www.drugs.com/history/addyi.html>

21 <https://www.yahoo.com/beauty/pink-viagra-approved-by-fda-5-things-you-need-127007822593.html> (Acesso em: 03/04/2017).

pela organização. O *Addyi* foi aprovado pela FDA em agosto de 2015 para tratar o “transtorno de desejo sexual hipoativo (HSDD)” sobretudo em mulheres pré-menopáusicas. Deve-se notar que os discursos positivos sobre o *Addyi* apontam pontos de diferenciação entre este e o “Pink Viagra”, firmando o entendimento que a *Flibanserina* não seria um “Viagra feminino” ou um “Viagra rosa” pela diferenciação no seu funcionamento. Diferentemente do tratamento usual para disfunção erétil em homens, o *Addyi* seria o primeiro medicamento aprovado para o tratamento do equilíbrio de substâncias químicas cerebrais (os neurotransmissores dopamina e norepinefrina) que podem ser responsáveis pelo desejo sexual reduzido em algumas mulheres na fase pré-menopáusicas²².

Contudo, com relação à eficácia do *Addyi*, o recente artigo *Explained: Medical Breakthrough or Marketing*

22 <https://www.health.harvard.edu/blog/its-not-a-pink-viagra-201508218198> e <https://www.drugs.com/slideshow/addyi-explained-1202> (Acesso em: 29/08/2017)

*Marvel?*²³, publicado na plataforma *drugs.com*, trouxe dados da avaliação de três ensaios clínicos de 24 semanas, realizados com 2.400 mulheres pré-menopáusicas diagnosticadas com HSDD. Em média, o consumo da medicação aumentou o número de eventos sexuais satisfatórios em relação ao placebo. Aproximadamente 10% a mais de pacientes tratados com *Addyi* em relação aos tratados com placebo relataram melhorias significativas na satisfação de eventos sexuais e desejo sexual²⁴.

Em contraposição aos dados mais recentes, estudos realizados em 2016 no *JAMA Internal Medicine* concluíram que o tratamento com a *Addyi* registrou um aumento não tão significativo da atividade sexual mensal paralelo a um aumento de efeitos colaterais. Segundo o *JAMA*:

O tratamento com *flibanserina*, em média, resultou em uma meia SSE [eventos sexuais satisfatórios] adicional por mês, enquanto aumenta significativamente de forma estatística e

23 <https://www.drugs.com/slideshow/addyi-explained-1202>.

24 <https://www.drugs.com/slideshow/addyi-explained-1202> (Acesso em 28/08/2017).

clínica o risco de tonturas, sonolência, náuseas e fadiga. No geral, a qualidade da evidência foi classificada como muito baixa. Antes que a *flibanserina* possa ser recomendada em diretrizes e prática clínica, estudos futuros devem incluir mulheres de diversas populações, particularmente mulheres com comorbidades, uso de medicação e menopausa cirúrgica²⁵.

Apesar da ausência de unanimidade sobre a construção e o tratamento da HSDD feminino, cabe refletir sobre a necessidade de se associar a crítica feminista e de gênero aos estudos científicos, sobretudo no campo da sexualidade. Evelyn Fox Keller (2006) relembra a necessidade do constante esforço do projeto feminista em trazer uma nova gama de sensibilidades levando a um projeto em que política e ciência caminhem lado a lado, cujo enfrentamento deve ser encarado por diferentes frentes de mudanças. Assim, iniciativas como a da *Campaign for a New View of Women's Sexual Problems*, dentre tantas outras propostas de desconstrução do androcentrismo científico demonstram como é preciso investir

25 [JAMA Intern Med.](#) 2016 Apr;176(4):453-62. doi: 10.1001/jamainternmed.2015.8565. (Acesso em 28/08/2017)

em debates, coleta de dados, informações de campo, reflexões interdisciplinares, participação feminina de cientistas – e não cientistas- e, sobretudo, na pressão para que o campo científico-acadêmico acolha e dê credibilidade a tais estudos.

Inúmeras mudanças vêm afetando o campo dos estudos em ciência e tecnologia, sobretudo com o surgimento dos “novos movimentos sociais” (BARBOSA, BERNARDES, 2013; BASSANI, 1997, GOHN, 2006; 2011; PAULO, TAVARES, 2013; DACAS, SIQUEIRA, 2008). No que tocam questões de gênero, críticas feministas se esforçam em compreender como a tradição científica ainda reflete padrões androcêntricos mascarados sob a roupagem de status universal. Assim, se nas concepções hegemônicas o que se pressupõe é uma neutralidade e objetividade quase inquestionáveis, as novas discussões apontam para o diálogo entre política, valores sociais e ciência.

Assim, a exemplo da empreitada *Campaign for a New*

View of Women's Sexual Problems, pesquisadoras vem cada vez mais se engajando na agenda feminista sobre ciência e têm tomado para si narrativas que partem de seus posicionamentos enquanto sujeitos, mulheres e cientistas. Neste sentido, ao nadar contra a maré dos discursos oficiais do conhecimento e dos modelos científicos adotados pelas indústrias, esse trabalho promove um incipiente avanço na tarefa de fazer uma ciência politizada e feminista, que se propõem a pensar novas estratégias para a desconstrução dos paradigmas androcêntricos e hegemônicos.

Considerações Finais

A análise da *Campaign for a New View of Women's Sexual Problems* buscou evidenciar um contexto “macroanalítico” e um aplicado. No cenário “macro”, a participação política ativa de pesquisadoras e cientistas sugere como a luta feminista na C&T confronta a relação sujeito/objeto, neutralidade/universalidade, definidoras da ciência moderna ocidental. A

máxima da neutralidade científica é contraposta pela presença de um fluxo ativo e engajado, instrumentado por um “olhar de gênero” (SARDENBERG, 2007). Neste sentido, a abordagem teórico-metodológica deve ser compreendida como uma introdução à agenda política feminista na qual a *Campaign for a New View of Women's Sexual Problems* se insere.

É nessa direção que a construção histórico-médica sobre corpo e sexualidade, brevemente apresentada, mantém reflexos na forma como a disfunção sexual é tratada na contemporaneidade. A concepção relatada dos modelos médicos do século XIV e a medicalização a partir do século XIX intersecciona o ambiente macro e o caso aplicado.

A *Campaign for a New View of Women's Sexual Problems* pode ser figurada enquanto representante de ação direta do projeto feminista na C&T ao agir no caso concreto do Viagra Rosa. O destaque dessa “campanha”, sem dúvida, se dá pela organização e direcionamento dos esforços dos

profissionais em resistir à medicalização e à patologização da sexualidade feminina. Assim, a importância dessa mobilização deve ser considerada tanto pelo seu contexto mais geral/macro quanto específico na empreitada contra o Viagra Rosa.

A despeito dos avanços feministas da C&T, existe um longo caminho a ser percorrido. Desse modo, buscou-se evidenciar neste trabalho como de forma teórica e prática a relação entre feminismo e ciência vem se estruturando dentro do campo científico.

Referências Bibliográficas:

AMARAL, Adriana, NATAL, Geórgia, VIANA, Luciana. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *Comunicação Cibernética Porto Alegre*, n. 20, p. 35-40 2008.

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Sociedade e Estado*, v. 31, n.1, p. 129-143, 2016.

ARAÚJO, Emanuelle S. A solução Viagra: Concepções de

masculinidade e impotência no discurso biomédico. V *Fazendo Gênero*, Universidade de Santa Catarina, p.11, outubro 2011.

AZIZE, Rodrigo.; ARAÚJO, Emanuelle S.. A pílula azul: uma análise de representações sobre masculinidade em face do Viagra. *Antropolítica*, Niterói, v. 14, p. 133-51, 2003.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1) p. 2017-288, janeiro-abril/2008.

BARBOSA, Célia; BERNARDES, Franciane;. A Internet nos Movimentos Sociais e nas Manifestações Massivas no Brasil. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba – PR, 2017.

BASSANI, Paulo. Ciência e Modernidade: a perspectiva dos novos movimentos sociais. *Rev Mediações*, Londrina, v2, n2, p. 63-68 julh/dez, 1997.

BASSON, Rosemary. Introduction to special issue on women's sexuality and outline of assesment of sexual problems. *Menopause* v. 11(6), p. 709-13, 2004.

BELLO, Ana S. El androcentrismo científico: el obstáculo para la igualdad de género en la escuela actual. *Educación* v. 29 p. 91-102, 2002.

BRITISH Medical Journal, The Making of a Disease: Female Sexual Dysfunction v. 326, n 4, p. 45-47, 2003

CARRARA, Sérgio, Fabíola ROHDEN, e Jane RUSSO. Sexualidade, ciência e profissão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, p. 587-589, 2009.

COVOLAN, Nadia Terezinha. Ciência, Tecnologia e Mulheres: um ensaio a partir das críticas feministas e dos estudos CTS. *Ciencia Tecnología y Género XI CONGRESO IBEROAMERICANO*, 2016.

DACAS, Holgónsi; SIQUEIRA, Michele. Globalização, novas tecnologias e os novos movimentos sociais. IX Congresso Argentino de Antropología Social, 2008.

DE PAULA, Ana Paula; TAVARES, Wellington. Movimentos

Sociais em Redes Sociais Virtuais: Possibilidades de Organização de Ações Coletivas e Ativistas no Ciberespaço. XXXVII Encontro da Anpad, Rio de Janeiro, 2013.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: HEILBORN, M. L. (org) *Sexualidade. O olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

GOHN, Maria da Glória (1997) *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*, Edições Loyola, 5ª edição, 2006.

_____, Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago, p.334-362, 2011.

HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Madrid, Ediciones Morata, p. 15-27, 1996.

_____, Sandra. *Sciences From Below: Feminisms, Postcolonialities and Modernities*. Duham and London: Duke University Press, 2008.

HEILBORN, Maria Luiza. *Gênero e Condição Feminina: uma*

abordagem antropológica. Rio de Janeiro: IBAM/UNUCEF, 1991.

HILGARTNER, Steven. The Dominant View of Popularization: Conceptual Problems, Political Uses. *Social Studies of Science*, Aug 1, p. 519 -539, 1990.

JASANOFF, Sheila. Law, Science, and Technology in America. Twentieth Century Fund, 1997.

KELLER, Evelyn F. & LONGINO, Helen. *Feminism & Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

_____. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu* v. 27, p.13-34 julho-dezembro de 2006.

LAQUEUR, Thomas. *Making Sex. Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

LIMA, Betina, BRAGA, Lúcia, TAVARES, Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. *GÊNERO Niterói*, v.16, n.1, p. 11 – 31, 2015.

LOURO, Guacira L. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LONGINO, Helen. Can there be a feminist science? In: WYER, Mary et alii. (org.) *Women, Science and Technology*. Nova York, Routledge, 2001.

LÖWY, Ilana. Gênero e Ciência. In *Objectos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência*. Edições Afrontamento, João Arriscado Nunes, Ricardo Roque (Orgs), 2008.

SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru, SP: EDUSC, Coleção Mulher p. 384, 2008.

MELO, Hildete; RODRIGUES, Lígia. *Mulheres e ciência: uma história necessária. Pioneiras da ciência no Brasil.*, Rio de Janeiro: SPBC, p. 47, 2006.

MOYNIHAN, Ray. The making of a disease: female sexual dysfunction. *British Medical Journal*, n. 326, p. 45–47, 2003.

ROHDEN, Fabíola. Diferenças de gênero e medicalização da sexualidade na criação do diagnóstico das disfunções sexuais. *Revista Estudos Feministas*, Jan/Apr 2009.

_____, Fabíola; ALZUGUIR, Fernanda. Desvendando sexos, produzindo gêneros e medicamentos: a promoção das descobertas científicas em torno da ocitocina. *Cadernos Pagu* [online], n.48, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. 16. Ed. Porto: B Sousa Santos e Edições Afrontamento, p. 46-71, 1998.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? *Çabrys. Estudos Feministas*, v. 11, p. 45, 2007

SCHMIDT, Simone P. O feminismo, ainda. *Mulher e Literatura: vozes consequentes*. Florianópolis: Mulheres, p.481-497, 2015.

SEGATO, Rita L. *Antropología y Psicoanálisis: posibilidades y límites de un diálogo*. Brasília: Universidade de Brasília,

Série *Antropologia* n. 330, 2003a.

SCHIEBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. *História, Ciências, Saúde*, junho, p. 269-281, 2008.